

PRF inicia Operação Finados 2026 nas rodovias federais de Rondônia

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) inicia, a partir desta sexta-feira (30), a Operação Finados 2026 nas rodovias federais de Rondônia. A mobilização segue até segunda-feira (2), período marcado pela consequente aumento no fluxo de veículos nas BRs que cortam o estado.

Página 02



Desemprego em 5,2% no 3º trimestre é o menor para o período desde 2012 Página 02

A Gazeta de Rondônia

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII - Nº 5147 - Rondônia, fim de semana, 31 de Outubro, 01, 02 e 03 de Novembro de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Assembleia Legislativa aprova R\$ 252 milhões para a Saúde de Rondônia

Projeto reforça orçamento hospitalar e estabelece regras para utilização dos recursos. Página 04

3

Projeto prevê qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo para jovens



Foto: Divulgação



Acesse nosso site

e fique por dentro
de tudo o que acontece
em Rondônia e no Brasil.

- Notícias em tempo real
- Cobertura completa da nossa região
- Jornalismo sério, independente e comprometido com você
- No seu computador, tablet ou celular



ACESSE AGORA

www.agazetaderondonia.com.br



A GAZETA DE RONDÔNIA | A informação que constrói sociedade

PRF inicia Operação Finados 2026 nas rodovias federais de Rondônia

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) inicia, a partir desta sexta-feira (30), a Operação Finados 2026 nas rodovias federais de Rondônia. A mobilização segue até segunda-feira (2), período marcado pela consequente aumento no fluxo de veículos nas BRs que cortam o estado.

A ação estratégica tem como foco a redução da violência no trânsito e o combate às principais condutas de alto risco. Entre as prioridades da fiscalização estão o combate às ultrapassagens proibidas, principalmente em trechos de pista simples, ao excesso de velocidade e à condução sob efeito de álcool.

Para garantir uma viagem segura, a PRF orienta os condutores a realizarem a manutenção preventiva do veículo antes de pegar a



estrada, conferindo itens essenciais como pneus, freios e iluminação. Durante o trajeto, é fundamental planejar os horários de deslocamento, respeitar rigorosamente

os limites de velocidade, não realizar ultrapassagens em locais proibidos ou de visibilidade reduzida e manter a distância de segurança dos demais veículos.

O uso do cinto de segurança por todos os ocupantes e dos dispositivos de retenção apropriados para crianças é obrigatório, sendo indispensável que o motoris-

ta mantenha total atenção na via, jamais combinando a condução com o consumo de bebidas alcoólicas ou o uso do celular ao volante. Com informações da PRF/RO.

Desemprego em 5,2% no 3º trimestre é o menor para o período desde 2012



A taxa de desocupação para o terceiro trimestre caiu para 5,2%, a menor já registrada para esse período desde 2012. O desemprego era de 5,4% no segundo trimes-

tre deste ano e de 5,6% no terceiro trimestre de 2025.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada nesta sexta-feira

(30), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A população desocupada (5,6 milhões) diminuiu 4% (menos 234 mil pessoas) na comparação com o tri-

mestre de abril a junho (5,9 milhões). Em comparação com igual trimestre do ano anterior (6 milhões), houve queda de 6,9% (menos 417 mil pessoas).

População ocupada

A população ocupada, que totaliza 103,6 milhões de pessoa, foi a maior da série histórica, com alta de 0,6% no trimestre (mais 581 mil) e aumento de 1,2% no ano (mais 1,2 milhão).

O nível da ocupação – percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar – também foi recorde, ao alcançar 59%. Além disso, houve variação de 0,2 pontos percentuais frente ao trimestre anterior (58,8%) e estabilidade em relação a igual trimestre do

ano anterior (58,7%).

Informalidade

Segundo a pesquisa, a taxa de informalidade foi de 37,5% da população ocupada (ou 38,8 milhões de trabalhadores informais), contra 37,4% (ou 38,6 milhões) no trimestre e 37,8% (ou 38,7 milhões) no ano.

Rendimento

O IBGE informou que o rendimento real habitual de todos os trabalhos (R\$ 3.790) ficou estável no trimestre e cresceu 3,6% no ano (mais R\$ 131). A massa de rendimento real habitual (R\$ 387,5 bilhões) foi a maior da série, com alta de 1,5% no trimestre (mais R\$ 5,6 bilhões) e 4,7% no ano (mais R\$ 17,5 bilhões).

Fonte: Agência Brasil



Projeto prevê qualificação profissional e apoio ao empreendedorismo para jovens

Jovens de 16 a 29 anos poderão contar com cursos de qualificação profissional, encaminhamento para vagas de emprego e apoio para abrir o próprio negócio. É o que prevê projeto que institui a Política Nacional de Qualificação e Empreendedorismo Jovem (PNQUE). A proposta busca ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade social.

O PL 5.651/2026, do senador Jader Barbalho (MDB-PA), estabelece

duas faixas de atendimento: dos 16 aos 24 anos, com foco na formação profissional e no primeiro emprego; e dos 25 aos 29 anos, com prioridade para requalificação, crescimento na carreira e empreendedorismo. Terão preferência jovens inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), quem não estuda nem trabalha há mais de seis meses e quem concluiu o ensino médio com apoio do programa Pé-de-Meia.

Pelo texto, cada participante poderá receber formação individualizada,

orientação profissional e encaminhamento para vagas compatíveis no Sistema Nacional de Emprego (Sine). Os cursos deverão atender às necessidades do mercado de trabalho de cada região, com participação de empregadores locais na definição dos conteúdos.

Empreendedorismo Para quem deseja abrir um negócio, a proposta prevê capacitação em gestão, finanças e marketing digital, além de orientação para formalização como microempreendedor individual (MEI) ou

microempresa. Os jovens também poderão receber acompanhamento técnico por pelo menos 12 meses após a formalização e terão acesso preferencial a linhas de microcrédito.

O projeto busca facilitar a transição de beneficiários de programas sociais para o mercado de trabalho, com aplicação das regras já existentes de permanência nos benefícios. A política será executada por meio da integração de programas e serviços públicos, sem criar novas bolsas, subsídios ou despesas obriga-

tórias permanentes.

Na justificativa, Jader cita dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo os quais 17,5% dos 46,6 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos não trabalhavam, não estudavam nem participavam de cursos de qualificação em 2025. Segundo o senador, a integração das iniciativas existentes permitirá aproximar a formação profissional das oportunidades de emprego.

O projeto ainda não foi distribuído para as comissões.

Fonte: Agência Senado

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias
CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 0000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açai, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME
BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editlagazeta@gmail.com

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Filiado a:



Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Assembleia Legislativa aprova R\$ 252 milhões para a Saúde de Rondônia

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou, durante a sessão ordinária de terça-feira (27), o Projeto de Lei (PL) 1.565/2026, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 252,9 milhões para a saúde pública estadual. Os recursos serão destinados à manutenção dos serviços hospitalares, à aquisição de materiais de consumo e ao pagamento de contratos de assistência à saúde.

De autoria do Poder Executivo, a proposta foi encaminhada ao Parlamento por meio da Mensagem 259/2026, de 15 de outubro. A matéria recebeu parecer do deputado estadual Cirone Deiró (União Brasil) e foi aprovada com uma emenda apresentada pelo deputado Delegado Camargo (Podemos).

Conforme a justificativa do governo estadual, a medida busca reforçar o orçamento do Fundo Estadual de Saúde (FES), garantir o cumprimento de obrigações contratuais e assistenciais e assegurar a continuidade dos atendimentos prestados à população, especialmente neste período de encerramento do exercício financeiro de 2026.

Como os recursos serão utilizados?

De acordo com os anexos do projeto, os R\$ 252,9 milhões serão distribuídos entre duas ações orçamentárias destinadas à assistência à saúde.

A primeira, denominada “Ação 4004 – assegurar atendimento em saúde por meio de convênios e contratos com a rede privada”, receberá aproximadamente R\$ 126,3 milhões. O valor será utilizado para custear convênios e contratos com instituições privadas que prestam serviços complementares ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A segunda, “Ação 4009 – assegurar atendimento em saúde nas unidades hospitalares”, contará com aproximadamente R\$ 126,7 milhões. Desse montante, R\$ 50 milhões serão destinados à aquisição de materiais de consumo hospitalar; cerca de R\$ 56,7 milhões à contratação de serviços de terceiros, e R\$ 20 milhões a despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização.

Segundo o Poder Executi-

vo, a suplementação permitirá adequar o orçamento às necessidades prioritárias da rede estadual, incluindo o abastecimento das unidades hospitalares, a manutenção dos serviços assistenciais e o cumprimento de contratos necessários ao funcionamento dos hospitais.

De onde virão os R\$ 252,9 milhões?

O projeto prevê a utilização de recursos provenientes de excesso de arrecadação, situação que ocorre quando o governo arrecada mais do que havia sido inicialmente previsto no orçamento.

Conforme os anexos da proposta, aproximadamente R\$ 250,4 milhões correspondem a receitas de impostos estaduais não vinculadas a uma finalidade específica. O restante tem origem em multas previstas na legislação, transferências da União relacionadas à compensação financeira por recursos hídricos e remuneração de depósitos bancários.

A operação orçamentária ocorrerá em duas etapas. Inicialmente, o valor será acrescentado ao orçamento da Secretaria de Estado de Finanças (Sefin), por meio de crédito adicional suplementar decorrente de excesso de arrecadação.

Em seguida, a mesma dotação será anulada na Sefin para permitir a abertura de crédito adicional suplementar em favor do Fundo Estadual de Saúde (FES).

Na prática, a Sefin funciona como unidade intermediária da operação. Isso significa que os R\$ 252,9 milhões não representam uma nova arrecadação destinada diretamente à saúde, mas uma suplementação orçamentária que utiliza receitas excedentes e a posterior anulação de dotações para reforçar o orçamento do setor.

Como o projeto prevê o acréscimo e a posterior anulação do mesmo valor na Sefin, a operação não implica, por si só, a redução de recursos que já estavam anteriormente previstos para o funcionamento administrativo da secretaria de finanças.

Emenda estabelece regras para utilização dos recursos

Durante a tramitação na Assembleia Legislativa, o depu-



tado Delegado Camargo apresentou uma emenda aditiva, aprovada pelos parlamentares, que acrescenta o artigo 2º-A ao projeto.

A alteração estabelece que a execução das despesas autorizadas deverá ocorrer de forma gradual, de acordo com a efetiva realização do excesso de arrecadação nas fontes de recursos indicadas na proposta.

A medida também determina que sejam observadas a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, conforme as disposições da Lei Complementar Federal 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, a emenda estabelece que a dotação suplementada na Sefin, por meio do artigo 1º do projeto, deverá ser utilizada exclusivamente para a anulação prevista no artigo 2º, ficando proibida sua execução para outras finalidades.

Dessa forma, a alteração vincula a suplementação realizada na Sefin à operação de transferência orçamentária para o Fundo Estadual de Saúde e condiciona a execução das despesas à efetiva arrecadação dos recursos.

O que são créditos adicionais?

Os créditos adicionais são autorizações de despesas públicas que não estavam previstas no orçamento ou que precisam

de reforço financeiro durante o exercício.

Previstos na Lei Federal 4.320/1964, esses créditos permitem que o Poder Público realize ajustes no orçamento, conforme as necessidades da administração e os requisitos estabelecidos pela legislação.

Existem três modalidades: suplementares, especiais e extraordinários.

Os créditos suplementares reforçam valores de despesas já previstas no orçamento. Os créditos especiais são destinados a despesas que não possuem dotação orçamentária específica. Já os extraordinários são utilizados para atender despesas urgentes e imprevisíveis, nas situações previstas em lei.

O que é crédito adicional suplementar?

O crédito adicional suplementar é utilizado quando determinada despesa já está prevista no orçamento público, mas o valor inicialmente autorizado precisa ser ampliado.

Por exemplo, se uma unidade hospitalar possui recursos destinados à aquisição de materiais de consumo, mas a quantidade prevista se mostra insuficiente para atender à demanda até o fim do ano, o governo pode propor um crédito suplementar para reforçar essa despesa.

No caso do PL 1.565/2026,

a autorização permitirá ampliar as dotações orçamentárias do Fundo Estadual de Saúde, para atender despesas relacionadas à assistência hospitalar e aos serviços de saúde.

A legislação prevê diferentes fontes para a abertura desses créditos, entre elas o excesso de arrecadação e a anulação de dotações orçamentárias, desde que observadas as exigências legais.

A aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa não significa que todo o valor já tenha sido liberado ou utilizado. A execução dependerá dos procedimentos orçamentários e financeiros previstos na legislação, incluindo as condições estabelecidas pela emenda aprovada pelos parlamentares.

As sessões da Assembleia Legislativa acontecem às terças-feiras, às 15h e às quartas-feiras, às 9h. A população pode acompanhar presencialmente ou pelos canais da TV Assembleia (7.2) e YouTube. Mais informações sobre os projetos e as votações estão disponíveis no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl) e no site oficial da Alero.

Texto: Eliete Marques | Jornalista Secom ALE/RO

Fotos: Thyago Lorentz | Secom ALE/RO, Sara Caslow e Daiane Mendonça | Secom / Governo de Rondônia

PF investiga possível venda de artigos científicos e cumpre mandado de busca em Cacoal

A Polícia Federal em Ji-Paraná/RO cumpriu, nesta quinta-feira (29), um mandado de busca e apreensão em Cacoal/RO, no âmbito da Operação Manuscrito. A Operação tem como objetivo apurar a possível comercialização de coautorias em artigos científicos e certificados acadêmicos para obtenção de vantagem indevida em processos seletivos de residência médica.

A investigação teve origem em informações obtidas durante apuração anteriormente conduzida pela Polícia Federal e em elementos divulgados por reportagem jornalística



sobre a possível venda de artigos científicos prontos e de participações em eventos acadêmicos.

Segundo os elementos apurados, esses materiais

teriam sido utilizados para elevar artificialmente a pontuação de candidatos na etapa de análise curricular do Exame Nacional de Residência (ENARE).

Durante o cumprimento do mandado, foram arrecadados um smartphone e um tablet. O material será analisado no decorrer da investigação, que

prossegue com o objetivo de esclarecer as circunstâncias dos fatos e identificar eventuais envolvidos. Com informações da PF/RO.

Motociclista fica em estado gravíssimo após cair em vala entre Candeias e Porto Velho



Um motociclista ficou em estado gravíssimo após sofrer uma queda e cair dentro de uma vala às margens da rodovia, no trajeto entre Candeias do Jamari e Porto Velho.

A vítima conduzia uma motocicleta Honda Fan 160 no sentido Porto Velho quando perdeu o controle da direção. As circunstâncias que provocaram o acidente ainda não foram esclarecidas.

Com a força do impacto, o motociclista ficou inconsciente. Uma equipe do Serviço de Atendi-

mento Móvel de Urgência (SAMU) realizou os primeiros socorros e precisou fazer a intubação ainda no local.

Em seguida, a vítima foi encaminhada ao Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II, em Porto Velho.

A Polícia Rodoviária Federal esteve no local para atender a ocorrência e realizar os procedimentos necessários. Até o momento, não foram divulgadas novas informações sobre o estado de saúde da vítima. Com informações do News Rondônia.

QUEIMADA É CRIME!
APAGUE ESSA IDEIA!





Alero aprova crédito de R\$ 5,1 milhões para modernização do sistema penitenciário estadual

A Assembleia Legislativa de Rondônia (Alero) aprovou o Projeto de Lei 1.522/2026, de autoria do Poder Executivo, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro, no valor de R\$ 5.140.187,05, em favor do Fundo Penitenciário do Estado de Rondônia (Fupen).

A proposta foi discutida e votada na sessão ordinária de terça-feira (27). Os recursos são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço do exercício de 2025 do próprio Fupen e serão destinados a atender demandas prioritárias da Secretaria de Estado da Justiça (Sejus). Os investimentos abrangem o reforço da segurança, a melhoria da infraestrutura das unidades prisionais e ações voltadas à reinserção social dos apenados.

O montante aprovado pelos deputados estaduais será distribuído entre a aquisição de materiais permanentes, equipamentos de inspeção, suprimentos operacionais e o pagamento de mão de obra de reeducandos. De acordo com o projeto, R\$ 1.900.975,63 serão destinados à aquisição de armários e

bancadas bélicas, utilizados para o armazenamento de armamentos nas unidades prisionais do estado. Outros R\$ 708 mil serão aplicados na compra de três equipamentos de inspeção por raio-X, com o objetivo de reforçar o controle de acesso e a fiscalização nas unidades.

Também estão previstos R\$ 500 mil para a aquisição de tecidos destinados à fabricação de vestuário para pessoas privadas de liberdade (PPL). Na área de climatização e mobiliário, serão investidos R\$ 203.986,40 na compra de cadeiras, mesas e centrais de ar-condicionado, visando à adequação dos ambientes de trabalho nas unidades prisionais.

Para a infraestrutura hídrica, estão previstos R\$ 125.750,00 para a aquisição de 65 bedouros industriais de coluna, com capacidades de 100 e 200 litros, além de R\$ 6.975,02 para a compra de 386 refis para filtros de água.

Com a aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa, o projeto segue para sanção do governo estadual. As sessões da Assembleia Legislativa acontecem às terças-feiras, às 15h e às quartas-feiras, às 9h. A população pode acompanhar presencialmente ou pelos canais da TV Assembleia (7.2) e YouTube. Mais informações sobre os projetos e as votações estão disponíveis no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (Sapl) e no site oficial da Alero.

Texto: Ivanete Damasceno | Jornalista Secom ALE/RO
Foto: Governo de Rondônia



Estado de Rondônia
MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO
EXTRATO DO SEXTO TERMO DE ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E VALOR

CONTRATO Nº 13/2022
PROCESSO Nº: 381/2024
CELEBRAÇÃO: 30/10/2026

PARTES: Município de Nova União-RO, inscrito no CNPJ sob n.º 00.699.197/0001-07, e a Empresa E. dos Santos Oliveira- ME, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 09.315.736/0001-23.

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada e Habilitada no Ramo de Transporte Escolar.

DO PRAZO: Por mais 02(dois) meses a partir de 31/10/2026.

DO VALOR: O valor global do presente termo é de R\$ 145.731,16 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).

Nota de Empenho Ordinário Nº 3020/2026 de 28/10/2026

Nota de Empenho Ordinário Nº 3021/2026 de 28/10/2026

Nova União, 30 de outubro de 2026

João José de Oliveira
Prefeito

FGTS mantém orçamento de R\$ 144,5 bilhões para habitação em 2027

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou nesta quinta-feira o orçamento de R\$ 144,5 bilhões para investimentos em habitação em 2027.

O valor é o mesmo previsto para 2026 e inclui recursos destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida, subsídios habitacionais e financiamentos com condições especiais.

Do total previsto para habitação, R\$ 125,5 bilhões serão destinados às famílias de baixa renda, enquanto R\$ 15 bilhões serão destinados à classe média no âmbito do Minha Casa, Minha Vida. Outros R\$ 4 bilhões serão destinados à linha pró-cotista, que oferece juros reduzidos no financiamento imobiliário para trabalhadores com conta vinculada ao FGTS.

Distribuição dos recursos

O orçamento habitacional prevê a seguinte divisão:

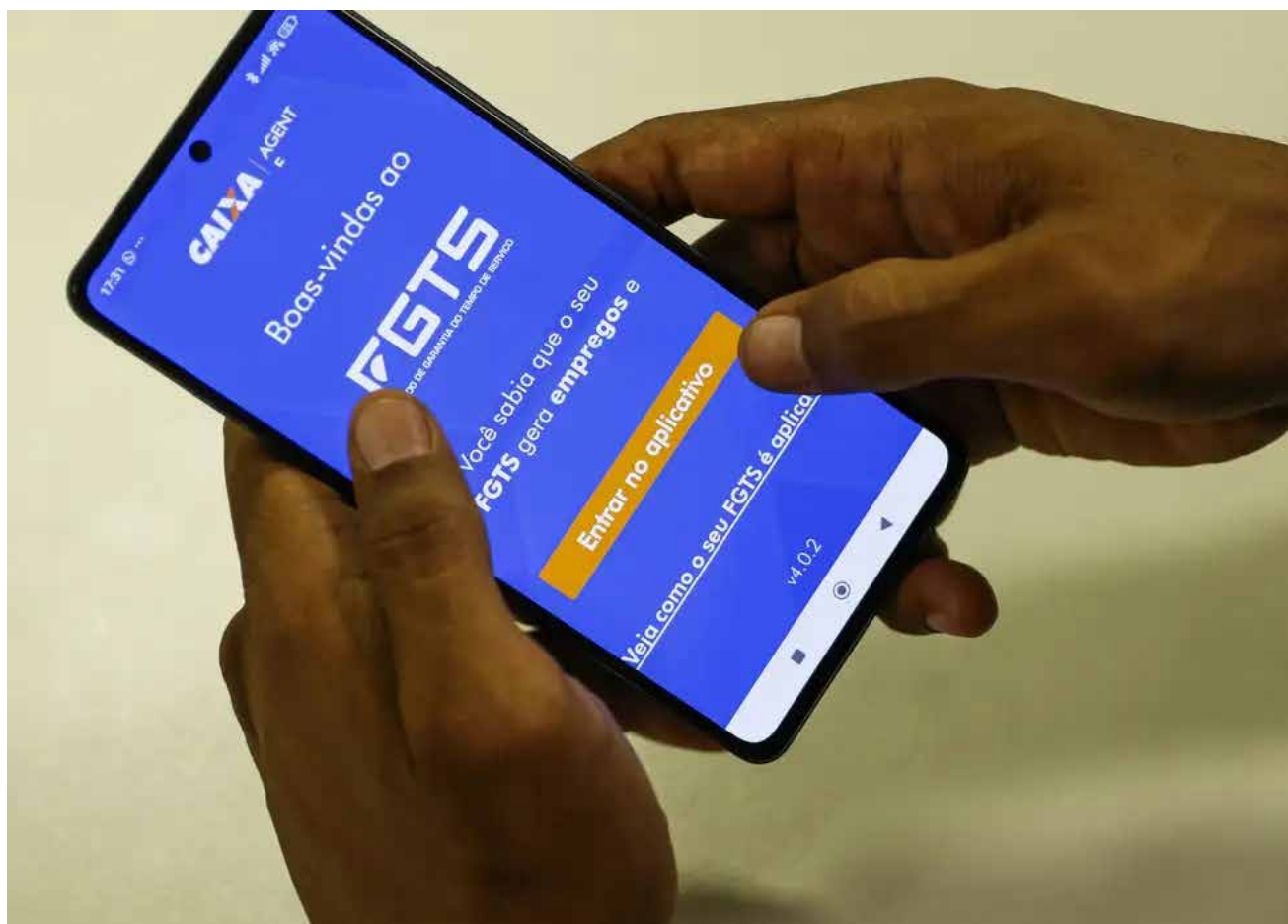
R\$ 125,5 bilhões: financiamento para famílias de baixa renda;

R\$ 15 bilhões: recursos para a classe média no Minha Casa, Minha Vida;

R\$ 13 bilhões: subsídios para famílias de baixa renda;

R\$ 4 bilhões: linha pró-cotista para financiamento habitacional.

Como integram as políticas de financiamento habitacional, os valores destinados aos subsídios e à linha pró-cotista e não devem ser somados automaticamente às duas



primeiras categorias, pois podem existir sobreposições na composição dos recursos.

Orçamento total

Além da habitação, o Conselho Curador aprovou orçamento total de R\$ 169 bilhões para 2027, destinado a políticas públicas em diferentes áreas. Segundo o Ministério do Trabalho, a distribuição será a seguinte:

Habitação: R\$ 144,5 bilhões;

Saneamento básico: R\$ 8 bilhões;

Infraestrutura urbana: R\$ 8 bilhões;

Saúde: R\$ 8,5 bilhões.

O colegiado também aprovou os orçamentos plurianuais para habitação entre 2028 e 2030. Para esse período, a previsão é manter R\$ 125,5 bilhões por ano para fa-

mílias de baixa renda. Os recursos para a classe média no Minha Casa, Minha Vida cairão para R\$ 10 bilhões anuais a partir de 2028.

O orçamento total do FGTS para as políticas públicas deverá recuar para R\$ 163,7 bilhões por ano até 2030.

Saque-aniversário

Na mesma reunião, o conselho prorrogou até 31 de março a regra de transição que permite aos trabalhadores usar até cinco saques-aniversário futuros do FGTS como garantia em operações de crédito.

A mudança está relacionada à resolução publicada em outubro de 2025, que prevê a redução para três saques futuros que podem ser vinculados a empréstimos a partir de

1º de novembro de 2026. A norma também estabelece limites para os valores cedidos:

Valor mínimo: R\$ 100 por saque anual;

Valor máximo: R\$ 500 por saque anual;

Limite futuro: três saques-aniversário anuais, conforme o cronograma da regra.

De acordo com o Ministério do Trabalho, a alteração poderá afetar 12,2 milhões de trabalhadores. Desse total, 92% recebem até quatro salários mínimos.

Volume movimentado

Desde a criação do saque-aniversário, a modalidade movimentou R\$ 242,5 bilhões, segundo o ministério. Desse montante, R\$ 94,2 bilhões foram recebidos diretamente pelos trabalhado-

res, enquanto R\$ 148,3 bilhões foram destinados às instituições financeiras para quitar empréstimos garantidos pelos recursos do FGTS.

O ministério atribui a redução prevista nos orçamentos dos próximos anos a fatores como autorizações de saques especiais, incluindo valores residuais de contas vinculadas de trabalhadores demitidos que aderiram ao saque-aniversário, e empréstimos destinados à área da saúde.

Os recursos do FGTS destinados aos programas governamentais são separados das contas individuais dos trabalhadores e têm origem, segundo as informações divulgadas, no lucro anual do Fundo.

Fonte: Agência Brasil



Programa de prevenção de fraturas de Rondônia recebe profissionais de quatro estados para intercâmbio

O governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) recebeu, no dia 26 de outubro, médicos e outros profissionais de saúde de São Luís (MA), Belém (PA), Manaus (AM) e Fortaleza (CE) para uma visita Técnico-Científica ao Ambulatório Revita, desenvolvido na Policlínica Oswaldo Cruz (POC), em Porto Velho. A iniciativa promove o intercâmbio de conhecimentos sobre estratégias de prevenção de novas fraturas e apresenta a experiência do serviço estadual aos profissionais interessados em desenvolver iniciativas semelhantes em outras regiões do país.

O Ambulatório Revita atua na identificação, avaliação e acompanhamento de pessoas que sofreram fraturas por fragilidade, com foco na redução do risco de novas ocorrências. O trabalho envolve o acompanhamento dos pacientes e a adoção de estratégias voltadas à prevenção secundária de fraturas, contribuindo para a continuidade do cuidado.

MAPA INTERNACIONAL DE BOAS PRÁTICAS

Desde 2016, o Revita integra o mapa internacional de boas práticas do programa Capture the Fracture®, da International Osteoporosis Foundation (IOF), com classificação

Gold, o nível mais alto de reconhecimento da iniciativa. O destaque reflete a excelência do serviço no acompanhamento de pacientes e na prevenção de novas fraturas.

Durante a visita, os profissionais conheceram o funcionamento do ambulatório e as estratégias utilizadas na assistência aos pacientes. A programação também incluiu atividades de compartilhamento de experiências sobre a implementação de programas de prevenção secundária de fraturas, com o objetivo de contribuir para a disseminação desse modelo de cuidado.

A atividade foi conduzi-

da pelo médico ortopedista da Sesau e coordenador do Ambulatório Revita, dr. Luiz Fernando Tikle Vieira, que apresentou a organização do serviço e as práticas desenvolvidas na unidade.

O governador de Rondônia, Marcos Rocha, ressaltou a importância para o estado em contar com um atendimento especializado que se tornou referência para outras regiões do país. "A visita de profissionais de diferentes regiões do país interessados em conhecer o programa demonstra o importante trabalho desenvolvido pela rede estadual de saúde, para os quais o estado

remete todo o reconhecimento pelo empenho em oferecer um atendimento de qualidade, que contribui para a saúde e a qualidade de vida dos pacientes."

Para o secretário adjunto da Sesau, Fábio Perondi, a visita Técnico-Científica impulsiona a troca de experiências entre profissionais de diferentes estados e amplia a divulgação de estratégias de prevenção de fraturas, com foco na qualidade do acompanhamento e na redução do risco de novas ocorrências.

Texto: Daiane Brito

Fotos: Pablo Belo

Secom - Governo de Rondônia

AMATUR



+de 20
destinos
pela Amazônia

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br

**Viaje mais,
viaje de Amatur!**